

Reflexões em torno da produção de conhecimentos científicos sobre temas afro-brasileiros e/ou africanos

Vanessa Gomes de Castro

* (Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, Belo Horizonte-MG, Brasil)

Resumo: Qual é o lugar que os temas afro-brasileiros e/ou africanos têm ocupado no campo da produção de conhecimentos científicos? No âmbito institucional, quem são os atores que têm fomentado a sua produção? Quais são os temas de pesquisas mais recorrentes em relação a essas questões e quais são as lacunas? Diante dessas perguntas, o presente trabalho examinou as dissertações e teses produzidas nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora, desde a sua implantação até o ano de 2018, sobretudo aquelas relacionadas aos temas mencionados. Para compreender tal produção, foi utilizado o conceito de campo científico, entendido como espaço de concorrência estruturada, em que a ciência é produzida, o qual é ocupado pelas instituições e seus agentes, de acordo com o seu volume de capital científico político e simbólico, fator que interfere nos processos de produção da ciência, como os temas de pesquisa a serem privilegiados.

Palavras-chave: Produção científica. Dissertações e teses. Campo. Afro-brasileiro. Africano.

INTRODUÇÃO

O conhecimento científico (enquanto um fenômeno da sociedade moderna) é o saber que se baseia em análises consideradas racionais, sistemáticas e metódicas, de fatos reais e empiricamente comprováveis. Tal saber é legitimamente produzido pelas Universidades (especialmente pelos Programas de Pós-Graduação) e pelos Institutos de Pesquisas. Contudo, no Brasil, nos espaços oficiais de produção de conhecimentos científicos, os temas afro-brasileiros e/ou africanos, por muito tempo, foram preteridos, silenciados, tratados de modo pejorativo ou recortados somente em seus aspectos culturais. Ao final do século XX e início do século XXI, embora esse quadro esteja mudando, ainda permanece distante do tipo ideal. Diante disso, pergunta-se: Qual é o lugar que os temas afro-brasileiros e/ou africanos têm ocupado no campo da produção de conhecimentos científicos? No âmbito institucional, quem são os atores que têm fomentado a sua produção? Quais são os temas de pesquisas mais recorrentes em relação a essas questões e quais são as lacunas? Visando refletir sobre essa situação, o objetivo específico deste trabalho foi examinar as dissertações e teses produzidas nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora, desde a sua implantação até o ano de 2018, sobretudo aquelas relacionadas aos temas mencionados.

Não é de hoje que os questionamentos sobre a produção social de conhecimentos científicos despertam a atenção de diversos pesquisadores. É possível encontrar muitos estudos sobre a produção da ciência, os quais apontam a necessidade de avaliação dos trabalhos, dos objetos de estudos, dos produtos e produtores das pesquisas, dos processos de financiamento e divulgação científica, dentre outros aspectos, culminando na evolução de todo um campo de investigação. Na verdade, mais de um campo, pois os pesquisadores que se lançam à tarefa de investigar a produção do conhecimento científico adotam diferentes abordagens teóricas e metodológicas, seja na Sociologia da Ciência, seja na História da Ciência, dentre outras áreas. Na Sociologia da Ciência, dentre os principais autores dedicados à investigação sobre as condições da produção científica, destaca-se Pierre Bourdieu.

De acordo com Bourdieu (2003), para compreendermos a produção científica não basta referirmo-nos somente ao texto e ao contexto social mais amplo dessa produção, mas também é preciso supor que o mundo particular de produção da ciência, no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem e difundem a ciência, possui lógicas internas próprias.

Esse mundo intermediário onde a ciência é produzida, chamado por Bourdieu (1983) de campo, é um espaço hierarquizado, um microcosmo dotado de leis próprias. É um espaço de concorrência estruturada em torno de desafios e interesses específicos, assim como um espaço de integração social. Dessa forma, o campo de produção da ciência pode ser considerado um mundo particular e, como tal, faz imposições que são relativamente independentes das pressões do universo social mais amplo que o envolve.

Bourdieu (1983) argumenta que, no campo, há um permanente embate para conservar ou transformar suas características e relações de dominação. Em cada campo se encontram lutas entre os pretendentes e os dominantes, lutas entre os estabelecidos e aqueles que estão chegando. Os dominantes tendem a estabelecer monopólios e a excluir a concorrência. Esses conflitos rompem com a ideia de comunidade científica pacífica. Aqueles que monopolizam o capital científico tendem a conservar o status quo, enquanto os que possuem menos capital, os recém-chegados, os mais jovens, tendem à subversão. O campo de produção científica é detentor de um conjunto de práticas, normas, valores, estilos, gostos e restrições que estabelecem o *habitus* que configura as condições sociais de produção científica (BOURDIEU, 1983; 2003).

Assim, é a estrutura de relações objetivas entre os diferentes agentes que determina o que eles podem ou não fazer. No campo da produção científica, isso significa os temas de pesquisas a serem privilegiados, as abordagens teóricas e metodológicas adotadas, os veículos ideais para publicação, dentre outros. Nessa direção, a posição que as instituições e os pesquisadores ocupam na estrutura do campo é que determina ou orienta suas tomadas de decisões. Para compreendermos o que dizem ou fazem, precisamos saber o seu lugar no campo, de onde ele fala no campo. Ou seja, não basta compreender somente o lugar da instituição ou do agente na estrutura social global, mas também o lugar que essa instituição e seus agentes ocupam na estrutura de um campo específico (BOURDIEU, 2003).

No campo da produção científica, segundo Bourdieu (2003), podemos caracterizar as instituições de produção de ciência e os seus pesquisadores pelo volume de capital científico possuído. Bourdieu (2003) destaca dois tipos de capital científico: o primeiro, o poder ou potencial político, é o poder institucional e institucionalizado, ligado a posições importantes no campo, ao poder sobre os meios de produção (recursos) e reprodução (poder de nomear e fazer carreiras). O segundo tipo de capital científico é simbólico, relacionado ao prestígio e status no campo. Está relacionado a recursos imateriais, como

o conhecimento e o reconhecimento dos pares, isto é, ao prestígio, o qual pode ser acumulado e disputado. A quantidade de capital científico situa as instituições e os pesquisadores na estrutura do campo de produção da ciência (BOURDIEU, 2003).

O CAMPO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E OS TEMAS AFRO-BRASILEIROS E/OU AFRICANOS

No Brasil, historicamente, os negros foram excluídos e silenciados no campo da produção de conhecimentos científicos. Na verdade, não somente no campo da produção de conhecimentos científicos, mas também em todos os âmbitos da sociedade brasileira. No país, o contexto em que se organizaram as relações étnico-raciais afro-brasileiras é perverso. Como já se sabe, entre os séculos XVI e XIX, milhares de negros foram traficados da África para o Brasil, sendo arbitrariamente desenraizados de sua terra natal, escravizados, coisificados, mal tratados e explorados em sua mão de obra. A exploração da mão de obra dos negros escravizados movimentou a economia brasileira por mais de 300 anos, entre 1500 e 1800. O Brasil constituiu a primeira, a maior e a mais duradoura sociedade escravista das Américas. Somente em 13 de maio de 1888 é que o regime escravocrata foi legalmente abolido no país, com a assinatura da Lei Áurea (FISCHER; GRINBERG; MATTOS, 2018).

Nesse contexto, apesar das tentativas de resistência por parte dos negros escravizados, por exemplo, por meio de fugas, revoltas, formação de quilombos, etc., bem como a solidariedade dos abolicionistas, a extinção da escravidão aconteceu de forma lenta e gradual, por meio da promulgação de diversas leis (como a Lei dos Sexagenários, a Lei do Ventre-livre e a própria Lei Áurea), as quais, apesar da aparente libertação, não proporcionaram as condições sociais adequadas para a inserção dos negros na sociedade pós-abolicionista. Dessa forma, a abolição da escravatura, por um lado, representou uma ruptura com o estatuto jurídico do regime escravocrata. Por outro lado, foi incapaz de transformar as profundas desigualdades econômicas e sociais, bem como responder ao racismo que se perpetrou para manter o status quo (FISCHER; GRINBERG; MATTOS, 2018).

No Brasil, o racismo permanece no período pós-abolição, com base em teses sobre a inferioridade biológica dos negros, difundidas no país como matrizes para a interpretação do desenvolvimento nacional. As interpretações higienistas e eugênicas, amplamente adotadas pela sociedade brasileira, vigoraram entre o final do século XIX e início do século XX e estiveram

presentes na base da formulação de políticas públicas que contribuíram, efetivamente, para o aprofundamento das desigualdades raciais no país (THEODORO, 2008). Por outro lado, a partir da década de 1930, pesquisadores como Gilberto Freyre atuaram na propagação dos princípios da cordialidade racial do Brasil e da ausência de desigualdade racial institucionalizada, isto é, o mito da democracia racial, contribuindo para o silenciamento das relações raciais no que tange aos conflitos (FISCHER; GRINBERG; MATTOS, 2018).

De fato, ao longo do século XX, foram desenvolvidos alguns estudos sobre os negros no Brasil, os quais tiveram grande reconhecimento, por exemplo, as obras de Gilberto Freyre, Edson Carneiro, Arthur Ramos, Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento, Fernando Henrique Cardoso, Oracy Nogueira, Carlos Hasenbalg, dentre outros. A primeira dissertação de mestrado sobre as relações étnico-raciais foi defendida em 1945, na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, com o título “Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo”, de autoria de Virginia Leone Bicudo. A partir dos anos 1950, muitas das pesquisas sobre relações étnico-raciais no Brasil foram incentivadas e financiadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que via no país a existência de uma “democracia racial exemplar” (BARRETO *et al.*, 2017). Foi, sobretudo, a partir da década de 1980, com a resistência dos movimentos negros, a promulgação da nova Constituição da República em 1988 e a instituição do Estado Democrático de Direito, que as estruturas jurídicas brasileiras começaram a ser realmente transformadas, no sentido de tornarem visíveis as desigualdades raciais, incompatíveis com o governo democrático (BARRETO *et al.*, 2017; FISCHER; GRINBERG; MATTOS, 2018).

Dentre os principais fundamentos da Constituição de 1988, encontra-se a promoção do bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação. Nesse cenário, as denúncias do mito da democracia racial proliferaram entre organismos governamentais. Ativistas, pesquisadores e políticos passaram a propor diversas medidas e ações afirmativas que demonstrassem a importância da identidade racial, quebrando o silêncio institucional do Brasil sobre os legados da escravidão e do racismo. Os movimentos negros passaram a dialogar mais com o Estado e com a sociedade civil, angariando vitórias fundamentais à democratização dos seus direitos (FISCHER; GRINBERG; MATTOS, 2018). A questão racial tornou-se uma pauta importante na agenda da política nacional e na agenda acadêmica, vide os trabalhos de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Luiza Bairros. Como consequência, nas últimas décadas, diversos instrumentos e políticas

de promoção da igualdade racial têm sido implantados e intensificados por todo o país (HERINGER, 2002; DOMINGUES, 2007, LIMA, 2010; BARRETO *et al.*, 2017; FISCHER; GRINBERG; MATTOS, 2018).

Ao final do século XX e início do século XXI, assistimos à implantação de medidas como a Lei 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça e de cor; a Lei n. 10.678/2003, que cria a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir); a Lei n. 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de conteúdos relacionados à história e às culturas africana e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas de Educação Básica; a Lei n. 11.645/2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena; a Lei n. 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; a Lei n. 12.711/2012, que garante aos negros a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia; a Lei n. 12.990/2014, que prevê a reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos federais aos negros, dentre outras. Tais medidas devem ser consideradas grandes conquistas na luta pela igualdade racial no Brasil, embora as desigualdades raciais no país permaneçam marcantes.

Nesse cenário, a universidade brasileira, desde a sua origem, mantém em seu corpo docente e discente uma hegemonia de cor, sendo um espaço predominantemente de brancos, preocupados, sobretudo, com os problemas de brancos; ou, quando estão preocupados com os problemas de negros, ocupam o lugar de fala dos brancos. Como bem observa Carvalho (2002), a ausência, ou a pouca quantidade de acadêmicos negros entre os quadros das universidades brasileiras, produzindo conhecimento e reflexão sobre as questões negras, tem comprometido a capacidade das instituições de refletir com isenção sobre a sua própria política racial e de se autoavaliar adequadamente a esse respeito. Diante disso, as teorias e as interpretações das relações raciais no Brasil sempre foram racializadas. Essa condição de exclusão racial extrema do mundo acadêmico deve ser levada em conta na hora de refletirmos sobre os modelos de interpretação das relações raciais no Brasil e as condições sociais de produção de conhecimento científico (CARVALHO, 2002; 2006).

Contudo, nos últimos anos, sobretudo após a implantação das medidas afirmativas, diversas pesquisas, seja no âmbito da graduação, seja na pós-graduação, a partir de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses,

em diferentes áreas de conhecimento, têm buscado investigar a produção científica sobre temas afro-brasileiros e/ou africanos. Por exemplo, os trabalhos de Santos e Santos (2016), que buscaram identificar a produção científica sobre assuntos étnico-raciais na Universidade Federal de Sergipe, entre os anos de 2003 e 2014, à luz de ações afirmativas como a Lei 10.639/2003 e a Lei 12.711/2012, que tratam, respectivamente, do ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira e da reserva de vagas nas universidades públicas federais para afrodescendentes. Os autores coletaram os dados no sistema de gerenciamento de informação da biblioteca central da referida universidade, checando trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. Seus resultados indicam um aumento considerável no quantitativo de pesquisas em assuntos étnico-raciais no período e contexto observado, em todos os níveis: graduação, especialização, mestrado e doutorado (SANTOS; SANTOS, 2016).

Outro exemplo é o trabalho de Cardoso, Santos e Rodrigues (2017), que, em referência à Lei n. 10.639/2003, buscou identificar quais e quantas teses e dissertações sobre relações étnico-raciais afro-brasileiras foram defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), entre 2003 e 2015. Os autores atentaram também às características dos principais agentes orientadores e pós-graduandos. Em suas conclusões, identificaram um índice relevante de pesquisas de qualidade sobre a temática racial, no entanto, ressaltam que o PPGE da UFSCar não se apresenta como uma referência nacional que atrai pesquisadores interessados na temática racial. No contexto examinado, a procura pela pós-graduação no campo das relações étnico-raciais estaria vinculada, principalmente, aos nomes de docentes ligados ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab) (CARDOSO; SANTOS; RODRIGUES, 2017).

Rodrigues, Monagreda e Porto (2017) também discutem o lugar institucional ocupado pelos estudos sobre raça, racismo e etnicidade na ciência política brasileira, examinando títulos e resumos de trabalhos publicados em revistas A1, na classificação Qualis na área de Ciência Política, na plataforma Scielo, bem como analisando os títulos e resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas nos programas de pós-graduação em Ciência Política no país. Utilizando a definição de campo científico de Bourdieu (1983), os autores destacam que a interação entre diversos fatores, dentro e fora do campo científico, pode estar contribuindo para a não preponderância dos temas de raça e racismo na ciência política, entre eles: os interesses das autoridades do campo da ciência política; o poder das instâncias produtoras de

conhecimento científico e as pressões do campo social. Em suas conclusões, apontam que é possível perceber que a produção acadêmica no âmbito dos programas de pós-graduação em Ciência Política e das publicações analisadas na plataforma Scielo ainda têm se apropriado de forma muito tímida da riqueza de possibilidades e abordagens de investigação no campo das relações étnico-raciais (RODRIGUES; MONAGREDA; PORTO, 2017).

Assim, a presente pesquisa busca refletir sobre a produção de conhecimento científico, sobretudo o lugar que as temáticas afro-brasileiras e/ou africanas têm ocupado no campo de produção da ciência, tomando como exemplo as dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPG/UFJF). A UFJF foi fundada em 1960, porém, somente a partir dos anos 1990 é que foram instituídos os programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Atualmente, segundo o site da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFJF, a instituição conta com 45 programas de pós-graduação (sendo 15 cursos de mestrado acadêmico, 10 mestrados profissionais e 20 mestrados/doutorados).

Além disso, destaca-se também que, desde o ano de 2008, a UFJF conta com um Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab), órgão suplementar da Universidade Federal de Juiz de Fora, vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa, que busca promover a participação de docentes, discentes, pesquisadores e servidores de todos os departamentos e unidades acadêmicas. O núcleo tem como proposta o desenvolvimento de um diálogo contínuo e participativo dos diversos segmentos do Movimento Negro da cidade, com representantes em seu conselho deliberativo. Todavia, nem sempre o Neab está totalmente ativo. Destaca-se, ainda, que a UFJF conta com uma Diretoria de Ações Afirmativas (Diaaf), instituída em 2014. A Diaaf é responsável pela proposição e articulação de ações que sensibilizem e mobilizem a comunidade universitária em prol do respeito à diversidade, dentre as quais, as étnico-raciais. Ressaltam-se, também, os “Coletivos Negros”, formados por alunos e professores.

METODOLOGIA

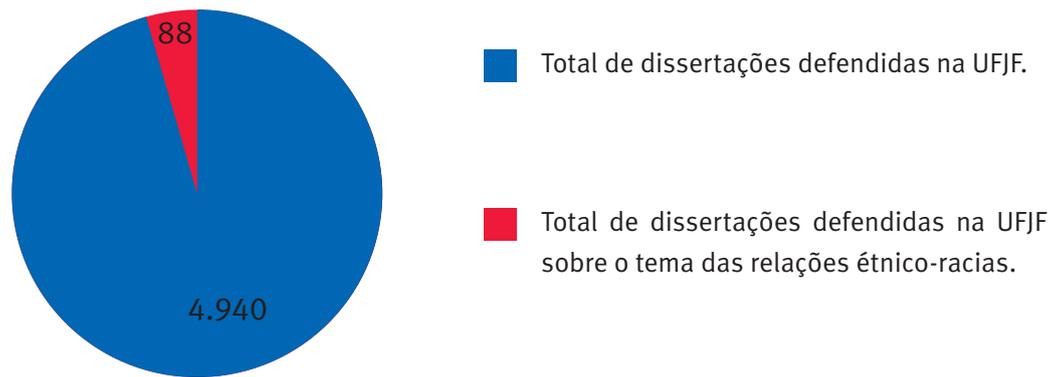
A unidade de análise deste trabalho são as teses e dissertações produzidas nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora, desde a sua implantação até setembro de 2018. Os pontos analisados são o volume e as características das pesquisas que abarcam temas afro-brasileiros e/ou africanos, bem como a trajetória acadêmica dos orientadores. Assim, o modelo de análise considera a quantidade de trabalhos, isto é, o número de teses e dissertações produzidas nos Programas de Pós-Graduação da UFJF, bem como suas características, por exemplo, título, palavras-chave, resumo, objetivo geral, tema prevaiente, ano de publicação, orientador (nome, grande área de atuação, tempo de efetivo na UFJF) e programa (nome e ano de instituição).

A fonte de dados principal é o Repositório Institucional Digital da Produção Científica e Intelectual da UFJF. O Repositório tem por objetivos coletar, armazenar, disseminar e preservar a produção científica da instituição, garantindo o acesso permanente ao conteúdo produzido pelos pesquisadores da comunidade universitária. Além disso, algumas informações foram completadas utilizando o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O Catálogo é um sistema de busca bibliográfica que reúne teses e dissertações registradas desde 1987. Também foi consultada a Biblioteca da UFJF, sites institucionais da UFJF e o Currículo Lattes dos orientadores. As teses e dissertações que contemplam os temas mencionados foram procuradas a partir de dez descritores: africano; afro-brasileiro; negro; afrodescendente; quilombo; racismo; escravidão; congado; umbanda; candomblé. Foi utilizado o Excel.

RESULTADOS

Considerando as informações contidas no site do Repositório Institucional da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e no site do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, foram localizadas, até setembro de 2018, 88 dissertações, cujos temas de pesquisa estão relacionados a temáticas afro-brasileiras e/ou africanas. O primeiro gráfico apresenta o total de dissertações defendidas na UFJF (4.940) e o número de dissertações defendidas na UFJF que abordam essas questões (88). Observa-se que o conjunto de trabalhos que perpassam as referidas temáticas representam, aproximadamente, 1,7% do total de dissertações defendidas na instituição.

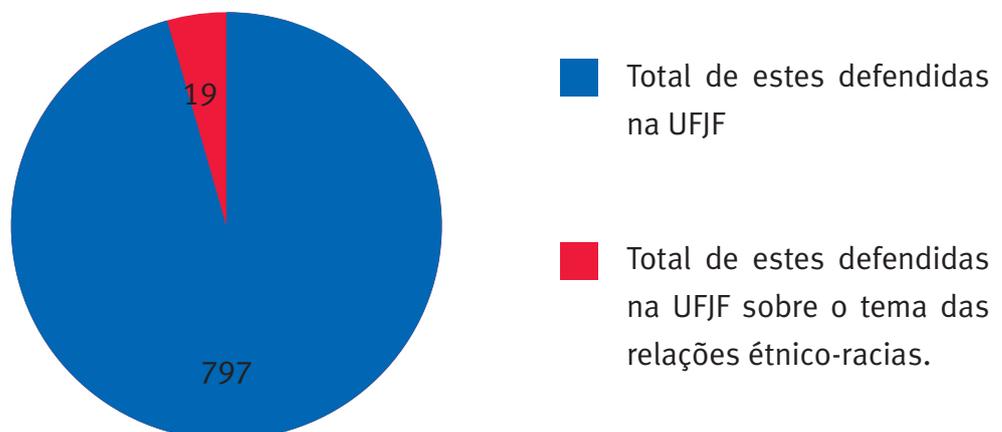
Gráfico 1 – Total de dissertações defendidas na UFJF



Fonte: Elaborado pelo autor.

O segundo gráfico traz o total de teses defendidas na UFJF (797) e de teses defendidas na UFJF relacionadas às temáticas afro-brasileiras e/ou africanas (19). Nota-se que as teses sobre os temas mencionados representam 2,3% do total de teses defendidas na UFJF. Enfatiza-se que essas teses e dissertações são de grande importância para o campo de estudos sobre questões étnico-raciais afro-brasileiras e africanas, porém, ainda são poucas em relação ao total de trabalhos produzidos na instituição, bem como as potencialidades desses temas.

Gráfico 2 – Total de teses defendidas na UFJF

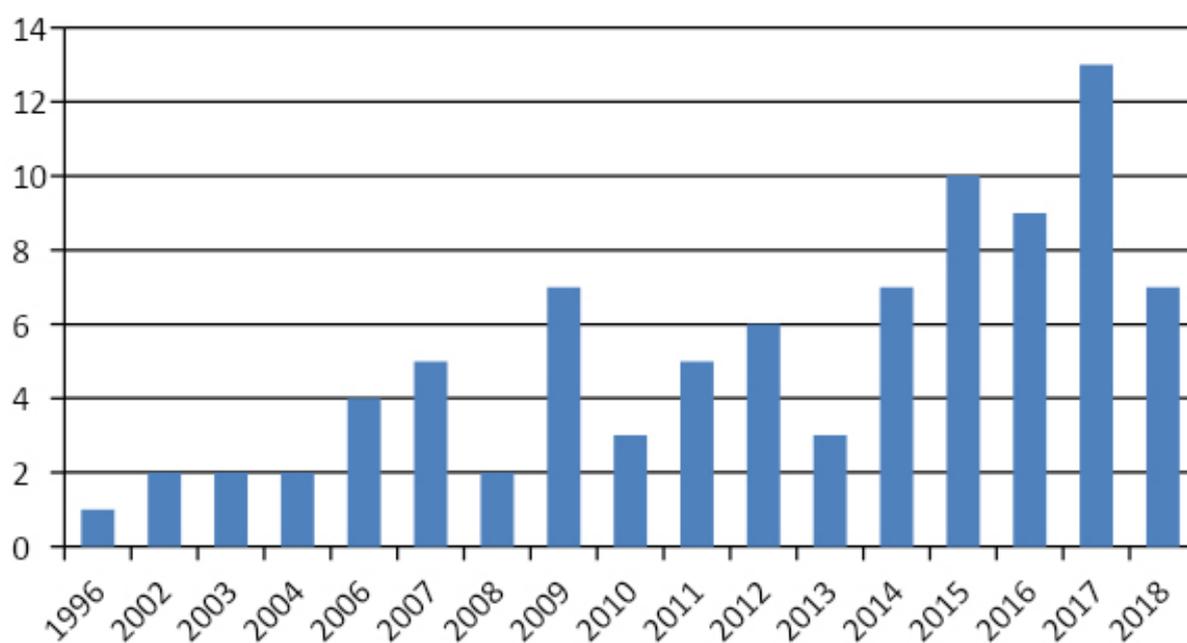


Fonte: Elaborado pelo autor.

O terceiro gráfico mostra o total de dissertações relacionadas às temáticas afro-brasileiras e/ou africanas, defendidas na UFJF, por ano. Observa-se que a primeira dissertação relacionada a esses temas foi defendida no ano de 1996, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, intitulada “Os tambores estão frios: herança cultural e sincretismo religioso no ritual do

candombe”. Teve a autoria de Edmilson de Almeida Pereira e a orientação do professor doutor Faustino Luiz Couto Teixeira. A pesquisa buscou examinar os aspectos linguísticos, históricos e antropológicos do candombe, ritual que integra as celebrações do congado em Minas Gerais, cuja estrutura revela ligações entre as práticas sagradas dos afrodescendentes e os fatos sociais do Brasil, nos períodos escravista e pós-escravista. Entretanto, não houve uma regularidade de trabalhos nos anos seguintes. A segunda dissertação produzida na UFJF envolvendo esses temas foi defendida somente no ano de 2002, seguida de um trabalho em 2003 e um trabalho em 2004. Sobretudo entre os anos de 2006 e 2018 é que têm sido defendidas regularmente pelo menos duas dissertações por ano sobre esses temas. O ano em que mais houve dissertações defendidas sobre a referida temática foi 2017 (13 trabalhos), seguido de 2015 (dez trabalhos). As dissertações mais recentes foram defendidas em 2018 (sete trabalhos).

Gráfico 3 – Número de dissertações defendidas na UFJF sobre questões afro-brasileiras e/ou africanas por ano

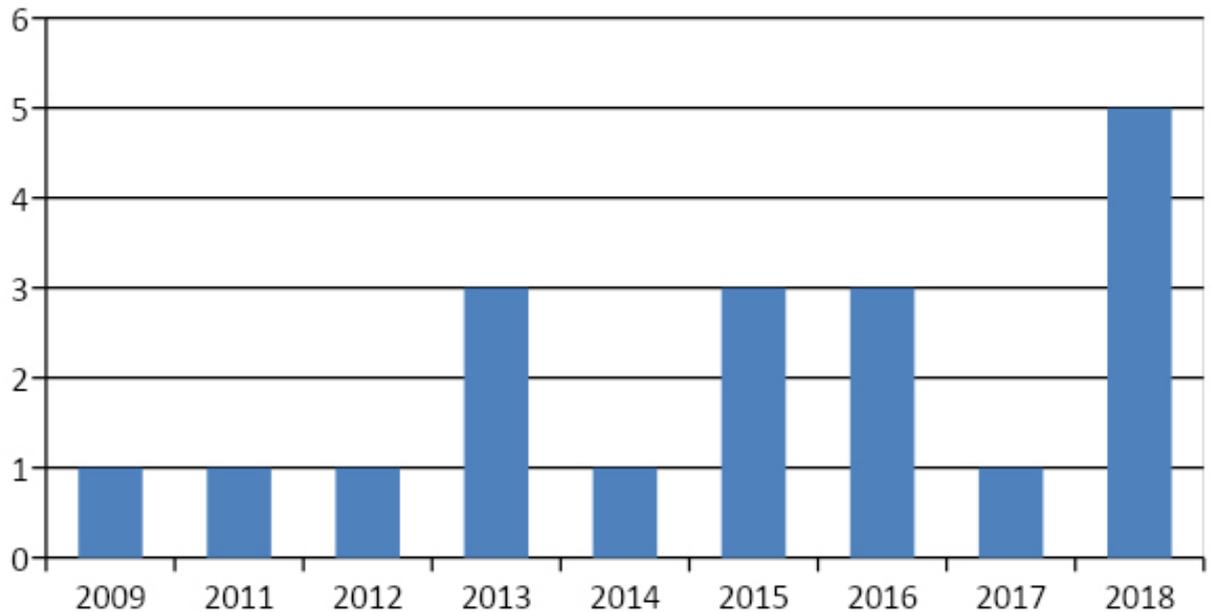


Fonte: Elaborado pelo autor.

O quarto gráfico apresenta o total de teses defendidas na UFJF relacionadas às referidas temáticas, por ano. A primeira tese abordando questões afro-brasileiras e/ou africanas foi defendida na UFJF no ano de 2009, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião. O trabalho foi intitulado “Religiões de matriz africana em Juiz de Fora: trajetórias, alianças e conflitos”. Teve a

autoria de Maria da Graça Floriano e orientação de Fátima Regina Gomes Tavares. Entre os anos de 2011 e 2018, na UFJF, houve, no mínimo, uma tese defendida por ano, sobre temas afro-brasileiros e/ou africanos. Observa-se que, em 2018, já foram defendidas, pelo menos, cinco teses que perpassam os referidos temas, uma quantidade maior do que nos anos anteriores.

Gráfico 4 – Número de teses defendidas na UFJF sobre questões afro-brasileiras e/ou africanas por ano



Fonte: Elaborado pelo autor.

A Tabela 1 traz a quantidade de dissertações sobre questões afro-brasileiras e/ou africanas defendidas na UFJF, por programa. Dos 45 Programas de Pós-Graduação da UFJF, apenas 11 tiveram pelo menos uma dissertação defendida sobre os temas mencionados, sendo a maior parte na área de Ciências Humanas. O programa que mais teve trabalhos defendidos foi a Pós-Graduação em Ciência da Religião, com 22 dissertações, seguida da Pós-Graduação em Letras (17), Pós-Graduação em História (15), Pós-Graduação em Educação (11), Pós-Graduação em Ciências Sociais (7), Pós-Graduação em Serviço Social (5), Pós-Graduação em Comunicação Social (4), Pós-Graduação em Geografia (2), Pós-Graduação em Direito e Inovação (2), Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública (2), Mestrado Profissional em Matemática (1).

Tabela 1 – Quantidade de dissertação sobre questões afro-brasileiras e/ou africanas por programa

Programa	Quantidade de dissertações por programa
Mestrado Profissional em Matemática	1
Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública	2
Direito e Inovação	2
Geografia	2
Comunicação Social	4
Serviço Social	5
Ciências Sociais	7
Educação	11
História	15
Letras	17
Ciência da Religião	22
Total	88

Fonte: Elaborada pelo autor.

A próxima tabela apresenta o programa, o ano de instituição do mestrado e a quantidade de dissertações sobre os referidos temas defendidas até setembro de 2018. Ressalta-se que o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião (PPCIR/UFJF), o qual produziu a maior quantidade de trabalhos, é o mais antigo da UFJF, tendo o mestrado instituído no ano de 1993. Além disso, o Programa de Pós-Graduação em Letras, embora não esteja entre os mais antigos, uma vez que foi instituído em 2007, é o segundo em quantidade de dissertações defendidas sobre questões afro-brasileiras e/ou africanas. Comparativamente, o Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, que também foi instituído em 2007, contabiliza apenas quatro trabalhos. Além disso, nota-se que, embora os Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Serviço Social tenham sido instituídos no mesmo ano (2005), a área de Ciências Sociais contabiliza mais trabalhos defendidos.

Tabela 2 – Ano de instituição do mestrado e quantidade de dissertações defendidas

Programa	Ano de instituição do mestrado	Quantidade de dissertações até 09/2018
Ciência da Religião	1993	22
Educação	1999	11
História	2004	15
Serviço Social	2005	5
Ciências Sociais	2005	7
Comunicação Social	2007	4
Letras	2007	17
Mestrado Profissional em Matemática	2009	1
Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública	2010	2
Geografia	2011	2
Direito e Inovação	2013	2

Fonte: Elaborada pelo autor.

Em relação às teses, observa-se que o PPCIR/UFJF produziu a maior quantidade de teses sobre os temas afro-brasileiros e/ou africanos (6), bem como a Pós-Graduação em Letras (6), seguidos da Pós-Graduação em Ciências Sociais (4), Pós-Graduação em História (1), Pós-Graduação em Economia (1) e Pós-Graduação em Ecologia (1).

Tabela 3 – Quantidade de teses sobre questões afro-brasileiras e/ou africanas por programa

Programa	Quantidade de teses por programa
Ecologia	1
Economia	1
História	1
Ciências Sociais	4
Letras	6
Ciência da Religião	6
Total	19

Fonte: Elaborada pelo autor.

Conforme mencionado, o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião é o mais antigo da UFJF, tendo o doutorado iniciado em 2000. No entanto,

apesar de o doutorado ter começado no ano 2000, somente em 2009 é que foi defendida a primeira tese abordando questões afro-brasileiras e/ou africanas. O Programa de Pós-Graduação em Letras, instituído em 2007, portanto mais novo em relação à Ciência da Religião, conta com a mesma quantidade de trabalhos defendidos (6).

Tabela 4 – Ano de instituição do doutorado e quantidade de teses defendidas

Programa	Ano de instituição do doutorado	Quantidade de teses
Ciência da Religião	2000	6
Letras	2007	6
Ciências Sociais	2009	4
História	2011	1
Ecologia	2011	1
Economia	2011	1

Fonte: Elaborada pelo autor.

Considerando o somatório das dissertações e teses, foram identificados 107 trabalhos. Verifica-se que os trabalhos estão distribuídos em 13 Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (considerando que a instituição possui 45 programas), tendo o curso de Ciência da Religião a maior quantidade de trabalhos defendidos (tanto dissertações quanto teses), seguido de Letras.

Quadro 1 – Programas e total de trabalhos somando as dissertações e teses

Programa	Total de trabalhos somando as dissertações e teses
Ciência da Religião	28
Letras	23
História	16
Educação	11
Ciências Sociais	11
Serviço Social	5
Comunicação Social	4
Geografia	2
Direito e Inovação	2
Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública	2
Economia	1
Ecologia	1
Mestrado Profissional em Matemática	1
Total: 13 Programas	107 trabalhos

Fonte: Elaborado pelo autor.

No que tange às dissertações, os temas mais recorrentes, conforme foi possível observar na leitura dos resumos e palavras-chave dos trabalhos, foram: ações afirmativas (3), desigualdades (3), direito (2), educação (9), identidade (6), gênero (1), História da África (2), literatura (18), escravidão (9), quilombo (5), raça e racismo (2), religião (24), trajetórias (2), socialização (1), matemática (1). Em relação às teses: ações afirmativas (2), desigualdades (1), economia (1), literatura (6), História da África (1), ecologia (1) e religião (7).

Quanto aos professores, observa-se que 48 docentes já orientaram pelo menos uma dissertação e/ou tese relacionada a temas afro-brasileiros e/ou africanos. Destaca-se que a UFJF conta com 1.450¹ docentes efetivos no Magistério Superior. As tabelas que seguem trazem os nomes dos professores que orientaram dissertações e/ou teses sobre os referidos temas.

De acordo com a Tabela 5, percebe-se que os professores doutores Mônica Ribeiro de Oliveira (do Programa de Pós-Graduação em História) e Volney José Berkenbrock (do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião)

¹ Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/aceso-a-informacao/servidores/>.

concentram a maior quantidade de orientação de dissertações sobre temas afro-brasileiros e/ou africanos, respectivamente nove e oito. Observa-se também que as orientações são dispersas, uma vez que 23 professores orientaram apenas uma dissertação; oito professores orientaram duas dissertações; oito professores orientaram três dissertações; dois professores orientaram quatro dissertações; um professor orientou oito dissertações e um professor orientou nove dissertações.

Tabela 5 – Professor orientador, quantidade de dissertações orientadas e programa

Professor orientador	Quantidade de dissertações orientadas	Programa
Bárbara Inês Ribeiro Simões Daibert	1	Letras
Dileno Dustan Lucas de Souza	1	Educação
Edimilson de Almeida Pereira	1	Letras
Eduardo Magrone	1	Educação
Eliane Medeiro Borges	1	Educação
Faustino Luiz Couto Teixeira	1	Ciência da Religião
Francisco Luiz Pereira da Silva Neto	1	Ciência da Religião
Jesse Jose Freire de Souza	1	Ciências Sociais
João Dal Poz	1	Ciências Sociais
José Luiz Ribeiro	1	Comunicação Social
Kelly Cristine Baião Sampaio	1	Direito e Inovação
Lina Kátia Mesquita de Oliveira	1	Educação
Luís Fernando Crocco Afonso	1	Mestrado Profissional e Matemática
Marcella Beraldo de Oliveira	1	Ciências Sociais
Marco Aurélio de Sousa Mendes	1	Letras
Núbia Aparecida Schaper Santos	1	Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública
Perses Maria Canellas da Cunha	1	História
Rogéria Campos de Almeida Dutra	1	Ciências Sociais
Sergio Marcos Carvalho Ávila Negri	1	Direito e Inovação
Silvina Liliana Carrizo	1	Letras

Sonia Regina Miranda	1	Educação
Teresa Cristina da Costa Neves	1	Comunicação Social
Vantuil Pereira	1	Serviço Social
Alexandre Graça Faria	2	Letras
José Alcides Figueiredo dos Santos	2	Ciências Sociais
Jovita Maria Gerheim Noronha	2	Letras
Leonardo de Oliveira Carneiro	2	Geografia
Maria Cristina Brandão de Faria	2	Comunicação Social
Marlos Bessa Mendes da Rocha	2	Educação
Roberto Alves Monteiro	2	Educação
Silvana Mota Barbosa	2	História
Ana Beatriz Rodrigues Gonçalves	3	Letras
Emerson José Sena da Silveira	3	Ciência da Religião
Enilce do Carmo Albergaria da Rocha	3	Letras
Fátima Regina Gomes Tavares	3	Ciência da Religião
Fernanda Nascimento Thomaz	3	História
Julvan Moreira de Oliveira	3	Educação
Marcelo Ayres Camurça	3	Ciência da Religião/ Ciências Sociais
Prisca Agustoni de Almeida Pereira	3	Letras
Elizete Maria Menegat	4	Serviço Social
Robert Daibert Júnior	4	Ciência da Religião
Volney José Berkenbrock	8	Ciência da Religião
Mônica Ribeiro de Oliveira	9	História

Fonte: Elaborada pelo do autor.

A Tabela 6 mostra os professores que orientaram teses relacionadas a questões afro-brasileiras e/ou africana. Os docentes que mais orientaram teses foram Enilce do Carmo Albergaria Rocha (do Programa de Pós-Graduação em Letras) e Robert Daibert Júnior (do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião), cada um tendo orientado três trabalhos.

Tabela 6 – Professor orientador, quantidade de teses orientadas e programa

Professor orientador	Quantidade de teses orientadas	Programa
Fernando Tavares Júnior	1	Ciências Sociais
José Simão Filho	1	Economia
Márcia de Almeida	1	Letras
Carla Maria Carvalho de Almeida	1	História
Daniel Sales Pimenta	1	Ecologia
João Dal Poz	1	Ciências Sociais
Volney José Berkenbrock	1	Ciência da Religião
Emerson José Sena da Silveira	1	Ciência da Religião
Fátima Regina Gomes Tavares	1	Ciência da Religião
Eduardo Magrone	2	Educação
Ana Beatriz Rodrigues Gonçalves	2	Letras
Enilce do Carmo Albergaria Rocha	3	Letras
Robert Daibert Júnior	3	Ciência da Religião

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os docentes mencionados, os quais orientaram dissertações e teses sobre questões afro-brasileiras e/ou africanas, tornaram-se professores efetivos na UFJF entre os anos de 1970 e 2013, conforme foi possível extrair do Currículo Lattes. Antes de se tornarem efetivos na UFJF, vários desses docentes atuaram na instituição como professores substitutos. Ressalta-se, ainda, que alguns desses professores já não atuam mais na UFJF, pois foram trabalhar em outras universidades ou se aposentaram (embora alguns docentes aposentados tenham retornado como professores visitantes). A próxima tabela apresenta o ano de ingresso dos professores orientadores como efetivos na UFJF, bem como sua área de formação acadêmica.

Tabela 7 – Professor orientador, ano em que se efetivou na UFJF, área do doutorado, ano de obtenção do doutorado

Professor orientador	Ano em que se efetivou na UFJF	Área do doutorado	Ano de obtenção do doutorado
José Luiz Ribeiro	1970	Doutorado em Comunicação e Cultura	2001
José Alcides Figueiredo dos Santos	1986	Doutorado em Sociologia	2000
Sonia Regina Miranda	1987	Doutorado em Educação	2004
Faustino Luiz Couto Teixeira	1989	Doutorado em Teologia	1985
Márcia de Almeida	1989	Doutorado em Letras Neolatinas	2002
Maria Cristina Brandão de Faria	1989	Doutorado em Teatro	2004
Edimilson de Almeida Pereira	1991	Doutorado em Comunicação	2000
Enilce do Carmo Albergaria da Rocha	1992	Doutorado em Letras	2001
Mônica Ribeiro de Oliveira	1992	Doutorado em História	1999
Daniel Sales Pimenta	1993	Doutorado em Biologia Celular e Molecular	2002
Marlos Bessa Mendes da Rocha	1993	Doutorado em Educação	2002
Teresa Cristina da Costa Neves	1994	Doutorado em Teorias da Literatura e Representações Culturais	2014
Eduardo Magrone	1995	Doutorado em Sociologia	2004
Luís Fernando Crocco Afonso	1995	Doutorado em Matemática	2003
Marcelo Ayres Camurça	1995	Doutorado em Antropologia Social	1994
Carla Maria Carvalho de Almeida	1996	Doutorado em História	2001
Jovita Maria Gerheim Noronha	1997	Doutorado em Literatura Comparada	2003
Volney José Berkenbrock	1998	Doutorado em Teologia Católica	1995
Roberto Alves Monteiro	1999	Doutorado em Educação	1991
Fátima Regina Gomes Tavares	2000	Doutorado em Ciências Humanas (Antropologia)	1998
Lina Kátia Mesquita de Oliveira	2002	Doutorado em Educação	2008
Silvana Mota Barbosa	2002	Doutorado em História	2001

Silvina Liliana Carrizo	2002	Doutorado em Letras	2004
Alexandre Graça Faria	2004	Doutorado em Letras	2003
Francisco Luiz Pereira da Silva Neto	2004	Doutorado em Antropologia Social	2001
Eliane Medeiro Borges	2005	Doutorado em Educação	2004
Jesse Jose Freire de Souza	2005	Doutorado em Sociologia	1991
João Dal Poz	2005	Doutorado em Ciências Sociais	2004
Ana Beatriz Rodrigues Gonçalves	2006	Doutorado em Letras	1996
Elizete Maria Menegat	2006	Doutorado em Planejamento Urbano e Regional	2003
Prisca Agustoni de Almeida Pereira	2008	Doutorado em Letras e Linguística	2007
Robert Daibert Júnior	2008	Doutorado em História Social	2007
Emerson José Sena da Silveira	2010	Doutorado em Ciência da Religião	2006
Fernando Tavares Júnior	2010	Doutorado em Sociologia	2007
José Simão Filho	2010	Doutorado em Economia	2007
Kelly Cristine Baião Sampaio	2010	Doutorado em Direito	2008
Leonardo de Oliveira Carneiro	2010	Doutorado em Geografia	2009
Marcella Beraldo de Oliveira	2010	Doutorado em Ciências Sociais	2010
Marco Aurélio de Sousa Mendes	2010	Doutorado em Letras	2009
Rogéria Campos de Almeida Dutra	2010	Doutorado em Antropologia Social	2007
Julvan Moreira de Oliveira	2011	Doutorado em Educação	2010
Bárbara Inês Ribeiro Simões Daibert	2012	Doutorado em Literatura Comparada	2009
Dileno Dustan Lucas de Souza	2012	Doutorado em Educação	2005
Núbia Aparecida Schaper Santos	2012	Doutorado em Educação	2012
Fernanda Nascimento Thomaz	2013	Doutorado em História	2012
Sergio Marcos Carvalho Ávila Negri	2013	Doutorado em Direito	2011
Perses Maria Canellas da Cunha	Não localizado	Não localizado	2004
Vantuil Pereira	Não localizado	Doutorado em História	2008

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que 2010 foi o ano em que mais professores orientadores tornaram-se efetivos na UFJF (8). Esse fato pode estar relacionado ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Instituído em 2007 pelo Decreto n. 6.096, o Reuni teve como objetivo a ampliação do acesso e permanência na educação superior. O Programa investiu em infraestrutura e equipamentos, bem como em pessoal associado à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação, buscando a articulação da graduação com a pós-graduação e do Ensino Superior com a Educação Básica. Com a adesão ao Reuni, a UFJF teve uma grande expansão, em todos os níveis de ensino, entre 2007 e 2012, recebendo uma alta quantidade de verbas (SILVA, 2013). Inclusive, vários mestrados e doutorados foram instituídos após a adesão da UFJF ao Reuni. Acredita-se que a expansão proporcionada pelo Reuni impactou a produção científica da UFJF em todos os níveis, logo, a quantidade de dissertações e teses produzidas nos últimos anos, em especial a quantidade de trabalhos que perpassam temas afro-brasileiros e africanos, principalmente entre 2014 e 2018. Todavia, nota-se também que a última renovação do quadro docente, isto é, do quadro de professores que orientaram trabalhos sobre os temas mencionados, foi em 2013.

Em relação à formação acadêmica desses docentes, destaca-se que seus doutorados foram obtidos entre 1985 e 2014, em áreas como Antropologia Social; Biologia Celular e Molecular; Ciência da Religião; Ciências Sociais; Comunicação; Direito; Economia; Educação; Geografia; História; Letras; Literatura Comparada; Matemática; Planejamento Urbano e Regional; Sociologia; Teatro e Teologia. Observa-se que a maior parte dos docentes orientadores doutorou-se na grande área das Ciências Humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mencionado, partiu-se das seguintes perguntas: Qual é o lugar que os temas afro-brasileiros e/ou africanos têm ocupado no campo da produção de conhecimento científico? No âmbito institucional, quem são os atores que têm fomentado a sua produção? Quais são os temas de pesquisa mais recorrentes em relação a essas questões e quais são as lacunas? Diante disso, o presente trabalho buscou examinar a produção científica dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora, com o intuito de mapear dissertações e teses cujos temas perpassassem questões

afro-brasileiras e/ou africanas, observando, assim, uma pequena amostra do campo de produção de conhecimentos científicos no tocante aos temas mencionados.

Quanto à primeira pergunta: “Qual é o lugar que os temas afro-brasileiros e/ou africanos têm ocupado no campo da produção de conhecimentos científicos, especialmente considerando os Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora?”, observou-se que, nos últimos anos, essas temáticas têm ocupado um espaço cada vez maior entre as produções científicas (dissertações e teses) dos PPG/UFJF. Ao todo, foram identificados 107 trabalhos. Por um lado, é relativamente pouco, considerando a quantidade de dissertações e teses que já foram defendidas nos PPG/UFJF, porém, é uma quantidade crescente. Ressalta-se que, ao longo dos anos 2000, políticas públicas de expansão da educação superior (como o Reuni), juntamente com a adoção de medidas afirmativas (como as cotas raciais), somadas a outros fatores (por exemplo, o fortalecimento das militâncias), certamente contribuíram com a ampliação e consolidação desse campo de conhecimentos (diga-se, novos alunos interessados nos temas, oportunidades de estudo e professores dispostos a orientar). Nota-se que tal fenômeno pode ser observado na UFJF, assim como em outras universidades federais.

Ainda com relação ao lugar que os temas afro-brasileiros e/ ou africanos têm ocupado na produção científica, nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora, foi possível perceber que esse lugar é, sobretudo, nas Ciências Humanas, principalmente na área de Ciência da Religião, curso com a maior quantidade de trabalhos defendidos, seguido por Letras, História, Educação, Ciências Sociais, Serviço Social, Comunicação Social, Geografia, Direito e Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública. Ressalta-se, ainda, a produção do Programa de Pós-Graduação em Economia, Mestrado Profissional em Matemática e o Programa de Ecologia.

No que tange à segunda pergunta: “No âmbito institucional, quem são os atores que têm fomentado a produção de pesquisas sobre temas afro-brasileiros e/ ou africanos?”, observou-se que, na Universidade Federal de Juiz de Fora, em seus Programas de Pós-Graduação, um conjunto de 48 professores fomentou, no sentido de orientar, pelo menos uma dissertação ou tese relacionada a temas afro-brasileiros e/ou africanos, em 13 programas. Notou-se também que as orientações são dispersas, uma vez que poucos professores orientaram mais de três trabalhos, sendo que apenas dois docentes (um do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião e o outro na Pós-Graduação em

História) concentram oito ou mais orientações. Todavia, pode-se considerar que os Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora, assim como cada professor que se dispôs a orientar um trabalho, são atores dentro da instituição que ajudaram a fomentar a produção científica sobre temas afro-brasileiros e/ou africanos.

Já em relação à terceira pergunta: “Quais são os temas de pesquisa mais recorrentes em relação às questões afro-brasileiras e/ou africanas e quais são as lacunas?”, foi possível observar que temas como ações afirmativas, desigualdades sociais, direito, educação, identidade, gênero, história, literatura, escravidão, quilombo, raça e racismo, religião, trajetórias, socialização e até mesmo matemática, economia e ecologia foram temas que apareceram pelo menos uma vez, sendo religiosidade e literatura os temas mais recorrentes, tanto no que tange às dissertações quanto às teses. Percebe-se, ainda, que a temática do racismo é abordada em apenas dois trabalhos (duas dissertações). Diante disso, permanecem as lacunas no que se refere a temas como o próprio racismo, assim como saúde, psicologia, justiça, lazer, esporte, artes, botânica, dentre outras questões férteis.

Por fim, considerando a Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (45 programas com cursos *stricto sensu*), pode-se dizer que há um campo de conhecimentos sobre temas afro-brasileiros e/ou africanos, ainda que com orientações dispersas. Ou, pelo menos, pode-se dizer que há alunos interessados em produzir e professores dispostos a orientar trabalhos sobre os referidos temas. Conforme mencionado, foi contabilizado um pouco mais de uma centena de trabalhos defendidos, entre dissertações e teses, em pouco mais de uma dezena de programas, sendo a maioria na área das Ciências Humanas.

Reflections on scientific knowledge production about Afro-Brazilian and/or African themes

Abstract: What place Afro-Brazilian and/or African themes have occupied in the field of scientific knowledge production? Who are the agents promoting their production in the institutional sphere? What are the most recurring research themes related to these questions and what are the gaps? In the face of these questions, this article examined dissertations and theses produced at Federal University of Juiz de Fora Postgraduate Programs, from its implantation until 2018, mainly those related to the above mentioned themes. To understand this production we used the scientific field concept, understood as the structured competition space where science is produced, which is occupied by institutions and their agents according to their amount of scientific, political, and symbolic capital, a factor interfering in science production processes, like research themes to be privileged.

Keywords: Scientific production. Dissertations and theses. Field. Afro-Brazilian. African.

Reflexiones sobre la producción de conocimientos científicos sobre temas afrobrasileños y/o africanos

Resumen: ¿Cuál es el lugar que los temas afrobrasileños y/o africanos han ocupado en el campo de la producción de conocimientos científicos? En el ámbito institucional, ¿quiénes son los actores que han impulsado su producción? ¿Cuáles son los temas de las investigaciones más frecuentes en relación a esas cuestiones y cuáles son sus huecos? Ante estas preguntas, el presente trabajo examinó las disertaciones y tesis producidas en el Programa de Posgrado de la Universidad Federal de Juiz de Fora, desde su implementación hasta el año de 2018, sobre todo aquellas relacionadas a los temas aludidos. Para comprender tal producción fue utilizado el concepto de campo científico, entendido como espacio de competencia estructurada, en el que la ciencia es producida, el cual es ocupado por las instituciones, sus agentes, de acuerdo con el volumen de capital científico político y simbólico, elemento que interfiere en los procesos de producción de la ciencia, como los temas de investigación que van a ser privilegiados.

Palabras clave: Producción científica. Disertaciones y tesis. Campo. Afrobrasileño. Africano.

REFERÊNCIAS

BARRETO, P.; LIMA, M.; LOPES, A.; SOTERO, E. Entre o isolamento e a dispersão: a temática racial nos estudos sociológicos no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 5, n. 11, set./dez. 2017.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2003.

BRASIL. **Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. **Lei n. 10.678, de 23 de maio de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.678.htm. Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. **Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. **Lei n. 12.990, de 9 de junho de 2014**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm. Acesso em: 20 abr. 2018.

CARDOSO, I. A.; SANTOS, F. V. S.; RODRIGUES, T. C. Relações étnico-raciais na produção científica do PPGE/UFSCar. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 11, n. 1, p. 68-85, jan./maio 2017.

CARVALHO, J. J. Exclusão racial na universidade brasileira: um caso de ação negativa. In: QUEIROZ, D. M. (coord.). **O negro na universidade**. Programa A cor da Bahia. **Novos Toques**, Salvador, n. 5, p. 81-99, 2002.

CARVALHO, J. J. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Revista da USP**, São Paulo, n. 68, p. 88-103, dez./jan./fev. 2005-2006.

DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

FISCHER, B.; GRINBERG, K.; MATTOS, H. Direito, silêncio e racialização das desigualdades na História afro-brasileira. In: DE LA FUENTE, A.; ANDREWS, G. R. (Org.). **Estudos Afro-Latino Americanos: uma introdução**. Buenos Aires: Clacso, 2018, p. 163-218. Disponível em:

http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181206024023/EstudiosAfro_PT.pdf. Acesso em: 22 mai. 2019.

HERINGER, R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no Campo das políticas públicas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 57-65, 2002.

LIMA, M. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos Estudos - Cebrap**, São Paulo, n. 87, p. 77-85, jul. 2010.

RODRIGUES, C.; MONAGREDA, J.; PORTO, N. Estudos sobre raça, racismo e etnicidade na ciência política brasileira: uma análise do campo a partir de seu estado da arte. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2017, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: Anpocs, 2017.

SANTOS, S. S; SANTOS, J. F. Reflexões a respeito das pesquisas desenvolvidas sobre temas raciais: a luz da política de cotas e da Lei 10.639/03 na Universidade Federal de Sergipe (UFS). **Revista Convergência Crítica**. Dossiê: Questão Racial, n. 8, 2016.

SILVA, P. A. **O Reuni na UFJF**: um estudo sobre os principais desafios enfrentados pelos gestores. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

THEODORO, M. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, M. (org.); JACCOUD, L.; OSÓRIO, R.; SOARES, S. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008. p. 15-44.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Pró-Reitoria de **Pós-Graduação e Pesquisa**. Disponível em: <http://www.ufjf.br/propp/pos-graduacao/cursos/stricto-sensu/> Acesso em: 20 abr. 2018.

SOBRE A AUTORA:

Vanessa Gomes de Castro é doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atualmente é professora de Sociologia da Educação no curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) campus Belo Horizonte.

E-mail: vadecastro@hotmail.com

Recebido em: dezembro de 2018

Aprovado em: abril de 2019